Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

O ENSINO DA LEITURA NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA SOB À LUZ DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Luciane Victorino Barbosa¹

Joselito Araújo Silva²

José Glicerio Augusto Canuto³

Edivânia Maria Silva de Lima⁴

Rosineide Maria Rocha Tavares⁵

Madson Marcio de Farias Leite⁶

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade abordar a educação inclusiva no âmbito dos documentos oficiais do MEC, no que diz respeito à proposta de ensino de leitura para a educação inclusiva. Adotou-se na pesquisa uma revisão sistemática integrativa em que se empregou descritores estruturados nas bases de dados do periódico da CAPES e da SCIELO. A coleta de dados se deu no período de outubro a dezembro de 2020. A utilização dos artigos destes periódicos que obedeceram ao critério de inclusão como: artigos de opiniões que utilizam os documentos oficiais que trabalharam com a temática analisada, especialistas da área e resenhas. Resultados: A busca na CAPES resultou em 451 publicações científicas, das quais 31 eram artigos científicos disponíveis após aplicação dos filtros, e destes, 21 trabalhos obedeceram aos critérios de inclusão. A busca na SCIELO resultou em 14 publicações sendo 33 disponíveis após aplicação dos filtros e 10 obedeceram aos critérios de inclusão, sendo submetidos às etapas da revisão integrativa. As categorias temáticas desenvolvidas a partir da análise dos trabalhos foram: educação inclusiva, leitura, a aprendizagem da leitura e os índices de desempenho dos alunos da educação fundamental II.

Palavras chave: Leitura Aprendizagem. Educação inclusiva. Desempenho dos alunos

¹ lucianebarbosa06@gmail.com

² joselitoraujo947@gmail.com

³ gliceriocanuto5@gmail.com

⁴ edivania201210@hotmail.com

⁵ rosineidetavares0209@gmail.com

⁶ madsonmarcio@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Proposta de inclusão na escola da atualidade sugere que todos tenham acesso à uma educação igualitária e de qualidade. O ideal seria que o processo educacional oferecido pelas políticas públicas oferecesse ao povo, uma educação inclusiva na escola, a qual é um dos principais grupos sociais do contato humano.

Quando se fala de educação inclusiva, não se refere apenas à necessidade das pessoas especiais. Esse parâmetro é abordado pela educação especial. Mas a educação inclusiva trata mais especificamente das necessidades de igualdade para todas as pessoas, independente das diferenças socioculturais, prezando o respeito às diversidades.

A escola pode se tornar um ambiente propenso a um perigoso tipo de comportamento, que até pouco tempo se passava despercebido, mas que trouxe consequências sociais negativas. Que comportamento? Esse tipo de comportamento se tornava ainda mais

devastador quando vem do professor para o aluno.

Por causa de atitudes excludentes por parte de determinados professores, muitos alunos passam a odiar a escola. Atitudes assim, podem provocar um bloqueio para o aluno, os quais o impedem de produzir. Muitos até desistem de estudar configurando, portanto, um prejuízo social e econômico para o país.

Na prática pedagógica, o professor deve estar bem preparado para interagir com o aluno independente da cultura deste, da educação doméstica e de suas limitações físicas e mentais. Livros e textos apenas, não irão garantir o acesso e a oportunidade para todos, pois desses não dependem as ações no cotidiano escolar. (ARANHA, 2001 APUD TEZANI, 2017)

É interessante que a parte física da escola esteja bem equipada, bem como toda a equipe escolar, do gestor, passando pelos auxiliares de limpeza e até os vigias, os quais trabalhem dentro da mesma perspectiva de inclusão para que o processo se aplique e o proposta de inclusão na escola pública aconteça.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza qualitativa e bibliográfica, já que a análise se realizou em diversas fontes de

pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos, sites, dissertações, teses e bibliográficas virtuais.

01 - ENSINAR LEITURA NUMA PROPOSTA INCLUSIVA

Uma escola inclusiva não é apenas uma escola acolhedora, mas é uma instituição que possa oferecer para o estudante da classe trabalhadora as mesmas oportunidades de aprendizagem, que a escola que atende as elites dominantes oferece, como por exemplos: equipamentos de estudo, infraestrutura, profissionais com salários dignos, internet de qualidade e transporte.

O início da educação inclusiva, no Brasil, se dá a partir da década de noventa, quando o país assina declarações internacionais e promulga leis e decretos. No entanto essa concepção de educação ainda não se efetivou por uma série de fatores como: escola sem as mínimas estruturas de funcionamento, profissionais desvalorizados, a falta de uma política pública voltada para essa modalidade, a evasão escolar e a sociedade voltada para o consumo e a competitividade que dificulta a permanência do aluno na escola. (DIAS; ROSA; ANDRADE, 2015).

Ao contrário da educação especial, que se direciona a um público alvo, a educação inclusiva oferece como proposta, agregar todos os tradicionalmente excluídos. Refere-se, portanto a alunos pobres, negros, indígenas, imigrantes ou em

conflito com a lei (Dias; Rosa; Andrade, 2015).

A educação inclusiva abre o leque em direção a todos os excluídos pela estrutura social injusta e excludente. A escola, nesse contexto, deve acolher a todos de uma maneira igualitária. Deve manter suas portas abertas para todos indistintamente. Mas não só receber o aluno, mas o acolher, proporcionando-lhe ao mesmo tempo um espaço de convivência digno.

Desta forma, além de equipada e de ter seus profissionais trabalhando numa linhagem equilibrada, uma peça fundamental no processo educativo inclusivo é o professor. Ele que vai passar mais tempo com o aluno, ele deve estar bem preparado para as inúmeras situações do cotidiano que vão exigir dele uma postura segura e eficaz.

Para tanto, a formação de professores, está sofrendo mudanças consideráveis. Por isso, não é estranho que as competências que se esperam que o professor domine são cada vez mais complexas e diversificadas (RODRIGUES, 2008 Apud SANTOS e ARAUJO, 2016). Daí a importância de os professores sempre se atualizarem. Caso necessitem.

Infelizmente, nem todos os professores sabem lidar com uma clientela heterogênea. São vários motivos que impedem esse profissional de procurar

participar de formações, como dar aula os três horários e em várias escolas, o que dificulta a presença deste profissional em formações, com isso o sucesso de sua prática docente numa perspectiva inclusiva não se efetiva. Mas sabe-se que atitudes excludentes ainda fazem parte da escola pública atual.

As parcerias com Secretarias de Educação, Universidades, através de especialização ou assessoramento, contribuem, para o processo de inclusão (TOLEDO,2011, Apud SANTOS E ARAUJO, 2016). Na escola, o professor tem a oportunidade de aplicar no cotidiano, aquilo que conseguiu aprender nas formações que participou.

Na prática, ao ensinar alguma disciplina, o professor pode ficar tentado a dar mais atenção para aquele aluno que provém de uma família considerada estruturada, por este dominar a leitura, a escrita e o assunto, bem diferente do aluno, que não consegue aprender essas habilidades porque a estrutura familiar e o desempenho do aluno na escola estão relacionados.

A ausência dessas habilidades faz com que o aluno não consiga aprendê-las, as quais excluam, isolem e esqueçam-no, com isso acarrete traumas, bloqueios e em muitos casos, pode levar a evasão escolar. Portanto a educação inclusiva não ampara apenas alunos especiais, mas também

aquele aluno que por sua condição social, carece de atenção.

É importante que a escola abra espaço para acolher as diversidades na prática, não apenas nas teorias e que o aluno nesse espaço, tenha respeitados os seus direitos, as suas origens, as suas crenças, a sua cor e a sua condição socioeconômica e que o comportamento indisciplinado do aluno, seja visto como um indício de sua carência, de sua dificuldade de aprendizagem e de sua vida afetiva.

A escola deve oferecer muitas adaptações também para os alunos que possuem necessidades especiais. Mas é necessário ressaltar que esses alunos se sintam incluídos nas salas de aulas com os demais e que não fiquem em salas preparadas, equipadas e separados dos outros, pois isso seria privá-los da convivência com os demais.

A educação inclusiva entende uma proposta de educação especial voltada para a inclusão social na escola. A escola deve ser um espaço par todos. Essa escola favorece a diversidade cultural, a heterogeneidade, pois constata que qualquer aluno em qualquer momento da sua vida escolar pode ter necessidades especiais. (AFONSO,2013, APUD santos e Araújo,2016)

A educação brasileira se apoia na Lei de Diretrizes e Bases que assegura aos alunos o direito de se preparar na escola

durante o ensino fundamental e poder ingressar no Ensino Médio com o pleno domínio da leitura e do cálculo, noções de cidadania, compreensão dos valores familiares, sociais, políticos e tecnológicos. (SANTOS E ARAUJO, 2016)

A escola deve conseguir desenvolver nesse aluno as competências e habilidades para que este possa entrar no Ensino Médio devidamente preparado. Sob esse ponto de vista, o Brasil estimula a escola a preparar o aluno para ser um cidadão atuante na sociedade em que o cerca.

Cada aluno que não consegue terminar o Ensino Médio por qualquer motivo, ou cada aluno que conclui o Ensino Fundamental se enquadrando como analfabeto funcional, representa grande prejuízo para o progresso do país. Esse aluno vai deixar de produzir como deveria e se evadir da escola, acarretando uma situação ainda mais grave.

Por esses motivos, uma escola inclusiva, de portas abertas para acolher o maior número de alunos possíveis é de suma importância para o país. É importante que na proposta de inclusão, a escola esteja equipada e adaptada para todos os alunos com necessidades especiais, não apenas na parte física, mas que esteja com o corpo docente devidamente treinado para uma prática pedagógica inclusiva.

Infelizmente, dentro da realidade brasileira atual, o que se constata são escolas que se preocupam demais com a acessibilidade, com rampas de acesso, e com salas de aulas repletas de materiais didáticos e jogos que pouco desenvolvem a aprendizagem dos alunos. Essas escolas precisam se preocupar mais como que está sendo feito nas salas de aula. (SANTOS E ARAUJO, 2016)

É muito importante também que o professor esteja bem habilitado para sua prática pedagógica e que sua metodologia leve realmente o aluno a aprender. É necessário um olhar mais atento para o processo de ensino. Numa aula deve ser contempladas aulas produtivas, que no final de cada uma delas, o aluno tenha de fato aprendido algo.

A escola não pode ser um depósito, nem mesmo uma creche. A escola é o espaço destinado a troca de experiências entre professores, alunos e colegas. Deve haver antes de cada aula um objetivo claro, um planejamento sério por parte do professor e principalmente nas aulas de Língua Portuguesa, pois esta aula é sempre a mais cobrada por resultados.

Muitos professores acabam preferindo dá atenção aos alunos que consideram mais disciplinados. Sabe-se que a inclusão abrange a todos e não apenas aos alunos especiais. Aquele aluno que grita, briga e muitas vezes é agressivo, deve ser o

mais assistido. O professor deve tentar conquistar sua atenção e não o excluir, muitas vezes ignorando sua presença.

Alguns professores justificam suas atitudes excludentes, alegando não estarem preparados para trabalhar com estes alunos. Costumam reclamar que não foram treinados para isso em sua formação inicial. Mas isso não os impede de procurar estudar, pesquisar, planejar e aplicar. É necessário repensar certas atitudes. (SANTOS E ARAÚJO, 2016)

As salas equipadas, escolas adaptadas, banheiros, rampas de acesso e até auxiliar de sala, porém uma proposta pedagógica inovadora e que contemple a todos se faz necessário com o objetivo de atender o poder construtivo da ação do homem. A escola que insistir no repasse de conteúdos prontos, estará na contramão da dinâmica própria do desenvolvimento. (BECKER APUD SANTOS E ARAÚJO, 2016)

O papel do professor é de suma importância para que se processe uma aprendizagem dentro dos padrões que dita a educação inclusiva. Os recursos humanos numa escola são essenciais para o manuseio de outros recursos. A inclusão na escola só acontece de verdade se o professor estiver preparado para em sua prática buscar uma interação significativa entre alunos.

2. OS PCNS COMO DOCUMENTO NORTEADOR DO ENSINO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são um conjunto de documentos norteadores elaborados pelo MEC para auxiliar técnicos e professores na escolha da metodologia adequada, eles orientam a educação básica no Brasil, já que antes do lançamento desse documento oficial o ensino de língua portuguesa tinha como referência os livros didáticos. (ARAÚJO, 2001)

Os PCNS servem como elemento norteador da prática pedagógica dos professores tanto da escola pública como privada. Os PCNS estão divididos em volumes que abordam as seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia, Ciências, Arte, Educação Física, Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural, e Orientação Sexual.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram criados com a intenção de melhorar o ensino brasileiro. Pesquisas feitas na época apontavam repetência e evasão em índices elevados, contrariando a postura do governo que havia aumentado a oferta de vagas. Concluiu-se então que era necessário uma ação mais efetiva por parte do governo.

Em 1996 foi implantada a LDB. Nova Lei de diretrizes e bases nacionais, e no ano posterior foram criados os PCNS. Na

estrutura dos PCNS, não só para Língua Portuguesa, mas para todas as disciplinas existe uma caracterização da área, que aborda como a disciplina era ensinada antes e como ela precisa ser ensinada hoje.

Os objetivos orientam o professor a desenvolverem as capacidades cognitivas, físicas e afetivas dos alunos. Os conteúdos trazem diversos blocos temáticos para ajudar a atingir os objetivos propostos, e a avaliação é bem diferente da prova escrita onde era medido o conhecimento do aluno, hoje é a avaliação que orienta a prática docente.

Pela orientação dos PCNS, a avaliação aponta o sucesso ou o fracasso de uma metodologia. É a avaliação que mostra exatamente o que precisa ser mudado ou adaptado na prática docente. Caso exista um número considerável de alunos com resultados insatisfatórios, o professor precisa rever a metodologia aplicada.

De acordo com os PCNS, a metodologia aplicada pelo professor deve considerar o conhecimento que o aluno traz e que adquiriu no seu círculo de convivência. Não é considerado positivo da parte do professor, ignorar a referência do aluno, ao contrário, deve valorizar seu conhecimento prévio. (BRASIL, 1971a, p. 13 APUD SANTOS, 2017)

Sabe-se que a sociedade é heterogênea e que nem todos têm as mesmas oportunidades. O

multiculturalismo e as variedades linguísticas são elementos que estampam a personalidade do alunado. O professor deve ter a competência de traçar meios para que se processe a interação de alunos de cultura e vocabulário diferentes da maioria no processo de ensino.

É função do professor, independente da disciplina que está ensinando, dá orientações para que seus alunos avancem na aprendizagem. Deve evitar atitudes excludentes que ditem o “correto”, sem ouvir e entender as variedades trazidas por seus alunos. Assim o objetivo da aula poderá ser alcançado de maneira mais eficaz (Brasil, 1971 a, p. 13 APUD SANTOS, 2017).

Pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, é muito importante o acesso à cultura letrada, por parte das pessoas menos favorecidas. Ao se respeitar a experiência trazida pelo aluno, não se objetiva, entretanto, limitar o conhecimento das classes populares, ao contrário, essas pessoas vão estar preparadas para competir de igual para igual. Pelo menos essa é a proposta dos PCNS. (AGUIA E BORDINI APUD SANTOS, 2017)

A escola tem como função preparar o aluno para ser um cidadão atuante e crítico. Alguém que saiba se colocar, se posicionar e que adquira um conhecimento sistematizado que o coloque no patamar que os outros no âmbito social,

independentemente de sua origem. O aluno deve sair da escola, preparado para o mercado de trabalho e para conseguir transpor barreiras.

Pela proposta dos PCNS, o ensino da Língua Portuguesa estabelece que o aluno consiga ser não apenas um leitor que se interessa pelo que o texto fala, mas como o texto é falado. O aluno deve ser preparado na escola para exercer sua criticidade. Os textos marcam o diálogo entre interlocutores que o produzem e os outros textos que o compõem. O homem é visto como um texto que constrói textos (BRASIL, 1000, p.139 APUD SANTOS, 2017).

Vale salientar que mesmo com o apoio dos documentos oficiais os problemas de aprendizagem são bem acentuados. Sabe-se que a aprendizagem não depende apenas do professor, as famílias também desempenham seu importante papel. Mas nem sempre o aluno conta com esse apoio familiar para frequentar a escola e muito menos para desenvolver o hábito da leitura.

O insucesso da aprendizagem, as faltas escolares, a evasão, são fatores que recebem influência externa. Influência QUE fogem do controle das escolas. Os fatores econômicos também atrapalham muito. São vários os alunos que evadem de sua escola por necessidade de ingressar muito cedo no mercado de trabalho. Quando

isso acontece a escola fica sem forças para agir.

3. A BNCC E O ENSINO DA LÍNGUA MATERNA

A BNCC, Base Nacional Curricular foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 2017 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. A Fundação Lemann, o Instituto Airton Sena, O Todos pela Educação defendem o documento, alegando que o mesmo oferece igualdade de oportunidades a todos os brasileiros. (GIROTTI, 2019)

Entretanto, Associações científicas, profissionais, movimentos sociais e trabalhadores apresentam críticas ao documento apontando as desigualdades de condições de ensino e aprendizagem às quais alunos e professores são submetidos. Ou seja, pessoas que conhecem a realidade. Aqueles que conhecem o chão da escola entendem que certos problemas estão longe de serem solucionados. (GIROTTI, 2019)

A Base Nacional Curricular traz alusões sobre como as quatro áreas de conhecimento, matemática, linguagens, ciências humanas e ciências da natureza poderão ser trabalhadas nas escolas brasileiras nos próximos anos. A área de linguagens é a maior e por isso é abordada na BNCC com mais especificidades e abrange Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Educação Física e Arte.

Isso porque linguagem é comunicação ou interação humana que pode ocorrer em várias instâncias. Verbal, oral ou escrita. Existem várias formas de linguagem, a linguagem escrita, linguagem de sinais, linguagem artística, ou linguagem corporal. A BNCC se relaciona com os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Pela proposta da BNCC, o ensino da Língua Portuguesa tem como o centro o texto, através do texto, deve-se trabalhar todos os eixos dentro da esfera linguística. Os campos de atuação que são cinco e que estão divididos nas nove séries. Os cinco campos de ação da Língua Portuguesa vão nortear o ensino da língua materna em todas as séries.

Todas as práticas de linguagem, desde oralidade, leitura e escrita, escuta e semiótica devem acontecer na prática docente em todos os campos de ação. Com a BNCC existe um esforço intenso para o aluno ser alfabetizado até o segundo ano. Nos demais anos deve vigorar o letramento. Por isso o campo de ação na vida cotidiana é específico para as séries iniciais.

No campo de atuação da vida cotidiana, os textos trabalhados com os alunos devem fazer referência às necessidades que ele terá em seu cotidiano gêneros textuais como ler regulamentos, recados, receitas, bilhetes, em lugares de seu cotidiano como família, escola, passeios. O ensino da língua portuguesa

deve ser significativo, deve dar sentido ao que ler diariamente. Deve ser um ensino integrado à vida social e profissional do discente.

No campo artístico literário que deve acontecer nas séries finais do Ensino Fundamental, o aluno já deve ser iniciado na literatura e direcionado a textos literários. Não deve, portanto, o aluno ser privado de textos literários até o Ensino Médio. Ao contrário, o contato com a arte literária deve ser real desde as séries iniciais. (CABRAL; LIMA; ALBERT. 2019)

No campo de estudo e pesquisa, o aluno vai aprender a fazer relatórios, verbetes, usar termos técnicos, leitura de gráficos, como elaborar um texto de divulgação científica, por isso existe uma contribuição desse campo de atuação com outros campos do ensino da língua e também para a aprendizagem de outras disciplinas de uma forma mais global.

O campo de atuação na vida pública trabalha a questão de cidadania, de coletividade. Ao aluno devem ser apresentados textos que abordam direitos e deveres. O que é uma lei. O que é o ECA. Nesse campo o aluno entende que a escola é de grande importância para a sua vida social. Ele aprende a exercer sua cidadania, a ser um cidadão crítico. (CABRAL; LIMA; ALBERT. 2019)

O campo jornalístico e midiático treina o aluno para desenvolver sua criticidade de modo que ele possa participar com sua opinião, concordando ou não, no momento que tiver contato com os diversos textos que as mídias trouxeram até ele, principalmente de forma digital. Lembrando que a gramática está presente em todos campos, de forma contextualizada.

O aluno deve dominar a leitura e a escrita e deve saber gravar um vídeo e exteriorizar suas ideias para o mundo. Com o uso das ferramentas digitais desenvolvendo sua competência linguística. Dessa forma, o ensino de Língua portuguesa trabalha de forma interdisciplinar contribuindo para a aprendizagem de todas as disciplinas. (CABRAL; LIMA; ALBERT, 2019)

Pois bem, a parte teórica da BNCC está recheada de novas ideias pertinentes ao sucesso do processo de ensino e aprendizagem. Parece resolver todos os problemas relacionados a inclusão social de todos os brasileiros na escola. Pela parte teórica pode-se notar alinhamentos consideráveis que podem contribuir para a melhoria da educação.

Entretanto, no que diz respeito ao enfrentamento das desigualdades educacionais do país, a BNCC não aborda a questão abrindo leques para um debate efetivo, pois não se refere às desigualdades de estrutura física ou material das escolas brasileiras. Na realidade ainda existe uma distância imensa entre a teoria que o documento aborda e a realidade das escolas do país. (GIROTTTO, 2019)

A realidade de estudos sobre o resultado do senso do ano de 2017, bem como da Prova Brasil de 2015, demonstram um quadro de desigualdades. Parece que o interesse das políticas públicas é controlar o que acontece nas unidades escolares e verificar o trabalho dos professores (GIROTTTO, 2019). Mas a educação de um país sério precisa de mais valorização. Confiança e respeito.

Para melhorar a qualidade da educação no país devem ser considerados quatro aspectos, que são as condições de oferta do ensino, a gestão e organização do trabalho escolar, a formação para o professor que gera a ação pedagógica e o plano do aluno, isto é, a permanência do aluno na escola e o desempenho escolar. (DOURADO E OLIVEIRA, 2009, citado por, GIROTTTO, 2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este trabalho procurou de forma sucinta refletir acerca da educação inclusiva no ambiente da vida escolar dos alunos excluídos da aprendizagem. Tem como objetivo analisar a prática pedagógica frente no ensino da leitura para um público com déficit de desempenho de leitura. O professor para não ter uma atitude excludente tem de se preparar e se policiar para não cometer atitudes que venham a prejudicar o discente.

A escola é um ambiente de um público heterogêneo se faz necessário o professor interagir com todos alunos independentes de origem social. Com isso a

ausência de material adequado e de infraestrutura podem sufocar a aprendizagem. Daí a importância do professor para atenuar determinadas situações.

Uma metodologia adequada, que tenha como foco a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual do aluno, pode contribuir de forma positiva para o processo de ensino e aprendizagem. Entre estudos e pesquisas que devem ser hábitos do bom professor, tomar como elemento norteador, os documentos oficiais é um caminho seguro para o professor tenha êxito em seu trabalho.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; LIMA, Nelci Vieira de; ALBERT, Silva. TDIC na educação básica: perspectivas e desafios para as práticas de ensino da escrita. Campinas. Trab. Linguística Aplicada. v. 58, n. 3. 2019. Disponível em: <Trab. linguist.

apl. vol.58 no.3 Campinas Sept./Dec. 2019 Epub Dec 09, 2019 >. Acesso em: 09/01/2021.

DIAS, Marian Ávila de Lima e; ROSA, Simone Conceição; ANDRADE, Patrícia Ferreira. Os professores e a educação inclusiva: identificação dos fatores necessários à sua implementação. São Paulo Psicologia USP v. 26, n.3 pp.453-463. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/0103-656420140017>>. Acesso em: 09/01/2021.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti. Pode a política pública mentir? A base nacional

comum curricular e a disputa da qualidade educacional Educ. Soc., Campinas, v.40, 2019. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/es0101-73302019207906>>. Acesso em:01/09/2021

SANTOS, Adriana Fraton dos; ARAÚJO, Roberta Negrão de. A formação de Professores para a educação inclusiva: um olhar crítico. Interfaces da Educ., Paranaíba, v.7, n.19, p.109-125, 2016.

Disponível em: <<https://doi.org/10.26514/inter.v7i19.764eri> odicosonline.uems.br > interfaces > article >. Acesso em 09/01/2021

SANTOS, Rodrigues Alves dos. Cartografando a construção do atual perfil de leitor de textos literários egresso das aulas de língua portuguesa do ensino médio. Revista Brasileira de Educação v. 22 n. 71 e227180 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s1413-24782017227180>>. Acesso em: 09/01/2021

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. A relação entre gestão escolar e educação inclusiva: o que dizem os documentos oficiais. Interfaces da Educ., Paranaíba, v.7, n.19, p.109-125, 2016.

Disponível em:
<<https://doi.org/10.26514/inter.v7i19.764>
eriodicosonline.uems.br> **interfaces** >
article>. Acesso em: 09/01/2021